

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA A INCLUSÃO DOS SURDOS NO CONTEXTO ESCOLAR



SARA REBOUÇAS DE SALES

Professora de Educação infantil na Rede municipal de ensino de São Paulo, Pós-Graduada em Libras pela IPEMIG.
Email: sallessar@yahoo.com.br.

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir a inclusão escolar de acordo com a conceituação atual, modo este em que os alunos portadores de necessidades especiais precisam ser inclusos em sala de aula comum, pois a convivência com os demais colegas de classe acaba sendo benéfica a estes por meio do processo da inclusão. Neste aspecto, importante buscar na teoria existente, conhecer um pouco mais sobre a legislação e demais os aspectos que norteiam a inclusão escolar. A inclusão está respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 1996, e regulamentada posteriormente de acordo com as realidades de cada região, segundo as regulamentações em cada Estado e/ou município do país. A língua brasileira de sinais-LIBRAS é uma linguagem de modalidade gestual-visual onde é possível se comunicar por meio de gestos, expressões faciais e corporais. Esta forma de comunicação passou a ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão em 24 de abril de 2002, aos se promulgar a Lei nº 10.436. que trata da língua portuguesa para surdos, em que inicialmente contextualiza o processo histórico da educação de surdos no Brasil e no mundo, principalmente com significativa influência no meio educacional. A LIBRA surgiu como um direito de expressão direcionada às pessoas surdas, surdo-cegas e até mesmo para pessoas surdas que não possuem braços. De acordo com a lei, as pessoas surdas 'escutam' com os olhos, através dos sinais direcionados a elas, possibilitando que a família, comunidade e escola, possam comunicar-se com o surdo desde a tenra idade para um bom desenvolvimento linguístico. Na educação, tanto para os educandos e/ou professores, a língua brasileira de sinais requer estudos e aperfeiçoamentos por meio da formação, objetivando contribuir com a educação da comunidade surda.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Educação Especial; Inclusão; Libras; Surdos.

INTRODUÇÃO

A educação Especial, deficiências múltiplas e inclusão são temas amplamente discutidos no mundo inteiro. No Brasil é grande o número de alunos que necessitam estar amparados pelo estado e por todos os envolvidos na educação de modo geral, pois mesmo após a criação de leis e de tomada de inúmeras ações nesta direção, ainda é falho o atendimento a toda a demanda que necessita de amparo na educação inclusiva.

Segundo o que se tem na teoria atual, referência ao Ministério da Educação publicado em 1997, a educação inclusiva é um processo que busca recolocar na rede de ensino, em todos os seus graus, as pessoas portadoras de necessidades especiais, de distúrbios de aprendizagem ou de deficiência, excluídas do meio educacional, seja por gênero, cor ou outros motivos que sirva como fator de exclusão (MEC, 1997).

A Educação Inclusiva, objetiva também, educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar, favorecendo a liberdade e a construção da cidadania, possibilitando aos portadores de necessidades especiais, a condição de conviver com o outro em um ambiente escolar o mais normal possível, diminuindo as diferenças e acabando com o preconceito.

Previsto na LDB/1996, sendo a educação um direito de todos, esta deve ser ofertada, promovendo o pleno desenvolvimento do aluno, compreendendo a educação especial dentro da escola regular de ensino, com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades de cada educando.

Embora o governo tenha tomado iniciativas favoráveis aos educandos com necessidades especiais, ainda existe uma grande demanda neste sentido, pois nem todos os estabelecimentos de ensino estão preparados para lidar com essas diferenças, sejam elas, leves ou com maior grau de exigência da situação presente.

Uma das situações, contemplam os alunos surdos, que contam com a ajuda da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) que se baseia em um conjunto de formas gestuais utilizado por deficientes auditivos para a comunicação entre eles e outras pessoas, sejam elas surdas ou ouvintes. Este método de comunicação tem sua origem oriunda da linguagem de sinais francesa, sendo um conjunto de sinais existentes em todo o mundo. Seu principal propósito é condicionar às pessoas surdas a se expressar/comunicar com outras pessoas com deficiência auditiva.

De acordo com autores que abordam o tema, como SACKS (2015), “por muitos anos os surdos foram proibidos de se comunicar em sinais”. A educação de surdos, segundo o autor, passou por muitas transformações ao longo da história, oportunizando negativamente, várias ocasiões traumatizantes para o grupo a que o tema se refere.

Nesse período, grande parte dos educadores tinham dificuldades de lidarem com o tema, por diversos motivos, mas principalmente por não estarem preparados para lidarem com uma condição tão desafiadora, com pouca contribuição governamental para o desenvolvimento de condições que favorecessem treinamento, capacitação profissional, desrespeitando a cultura e a língua

desses sujeitos.

Segundo SACKS (2015), na história da educação de surdos, os ouvintes sempre decidiam o que seria melhor para o surdo, impondo a sua vontade, sem sequer questioná-lo sobre o que era importante, e necessário, aprender para que tivesse um bom desenvolvimento escolar, desconsiderando a língua de sinais e sua cultura, prejudicando-o, também, na formação de sua identidade. De acordo com o autor: “[...] os alunos surdos foram proibidos de usar sua própria língua ‘natural’ e, dali por diante, forçados a aprender, o melhor que pudessem, a [...] ‘artificial’ língua falada.” (SACKS, 2015, p.35).

QUADROS; SCHMIEDT, 2006, alertam pelo fato de fato de haver muitas cobranças no meio educacional, e nas comunidades surdas, por um currículo e metodologia de ensino adaptados para os alunos surdos por meio de reivindicações de métodos específicos que possam atender suas necessidades.

E de conhecimentos de todos que a lei que normatiza a educação no Brasil é a LDB – lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / 9.394/1996, criada com o intuito de colocar nos trilhos todo o sistema educacional brasileiro, trazendo novas regras e condições para a melhoria em todas as etapas do ensino no país. Naturalmente, as mudanças precisavam ser implementadas e condicionadas aos diversos modelos regionais que até então, não condizia com um bom desempenho para a aprendizagem das crianças e alunos maiores em outros níveis do ensino.

Segundo a BNCC, as competências gerais “explicitam o compromisso da educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

Para a realização do artigo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica por meio de estudos de livros, artigos anteriores e pesquisa online, entre outros.

DA INTEGRAÇÃO À INCLUSÃO, PROCESSOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O processo da inclusão no Brasil veio caminhando a passos lentos desde o século XIX, e sua presença no passado, parece não ter feito muita diferença na vida das pessoas que de fato precisou dele. A trajetória deste tema, tão essencial na vida dos alunos considerados “especiais” não teve eficácia, pois os conhecimentos sobre as deficiências no ambiente escolar eram ignorados e muitas vezes nem notados pelos educadores e os governantes da época.

BERNARDES (2010), afirma que:

No Brasil, a Educação Especial se divide em dois períodos: de 1854 a 1956, é marcada por iniciativas oficiais e particulares isoladas; surgiram nesse período o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (1857), hoje, respectivamente, Instituto Benjamim Constant e Instituto Nacional de Educação para Surdos. (BERNARDES, 2010. p.1)

Segundo ainda o autor, as iniciativas para implementar escolas especializadas com o propósito de receber alunos de inclusão, surgiram por volta de meados do século XIX. Em relação a

oferecer um atendimento às pessoas com deficiência no Brasil, foram criadas algumas instituições educacionais direcionadas a essas classes. A Educação Especial começou a ter iniciativas em âmbito nacional, somente após o ano de 1957.

De certa forma, até as décadas próximas passadas, “o modelo pedagógico utilizado na educação de alunos com necessidades especiais era o Modelo Integracionista”. Durante muito tempo a Integração, processo este que “ao invés de a escola ter que se adequar ao aluno, o aluno é que deve se adequar-se à escola”, norteou por muito tempo, os ideais da educação especial no Brasil.

Para RODRIGUES (2006), “a integração pressupõe uma ‘participação tutelada’, uma estrutura com valores próprios aos quais o aluno ‘integrado’ se tem que adaptar”.

Segundo GLAT (1991), a integração “é um processo espontâneo e subjetivo, que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos”. “A integração educativo-escolar refere-se ao processo de educar-nsinar, o mesmo grupo, crianças com e sem necessidades especiais durante uma arte ou na totalidade do tempo de permanência na escola” (MEC,1994).

Ainda segundo BERNARDES apud RODRIGUES (2006),

Quando se fala de escola integrativa trata-se de uma escola em tudo semelhante a uma escola tradicional, em que os alunos com deficiência (os alunos com outros tipos de dificuldades eram ignorados) recebiam um tratamento especial. Nesse modelo nega-se a questão da diferença; o aluno especial é inserido no contexto escolar como qualquer outro, sem consideração quanto a possíveis diferenças existentes para seu processo de aprendizagem.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), para o ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir a interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto. Baseia-se na ideia centrada de que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular, e que o objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, TEORIA E CONCEITOS

Conceituar a educação inclusiva não é tão difícil quanto se parece, mas compreender sua essência se torna bem mais complexo que a simples missão de considerar termos e nomenclaturas colocados para o tema. A Educação para algumas teorias, se configura na diversidade inerente à espécie humana, buscando perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

Nos dias atuais no ambiente escolar, assim como em clínicas de tratamentos especializadas, é comum o atendimento a um número elevado de crianças e jovens com algum tipo de deficiência. Não existem estudos que comprovem quais são as mais recorrentes. Diante disso, pode se perguntar: o que é deficiência múltipla?. Segundo o site Nova Escola (2022), esta se define como “a ocorrência de duas ou mais deficiências simultaneamente”. Sejam deficiências intelectuais, físicas ou ambas combinadas. As causas podem ser pré-natais, por má-formação congênita e por

infecções virais como rubéola ou doenças sexualmente transmissíveis, que também podem causar deficiência múltipla em indivíduos adultos, se não tratadas.

A inclusão é um tema amplamente discutido no mundo inteiro. No Brasil é grande o número de alunos que necessitam estar amparados pelo estado e por todos os envolvidos na educação de forma geral, pois mesmo após a criação de leis e de inúmeras ações nesta direção, ainda é falho o atendimento a toda a população que necessita de amparo na educação inclusiva.

Assim, é possível compreender que a demanda pela educação inclusiva é constante, e junto com esta a necessidade de uma educação de qualidade, baseada nos princípios educacionais existentes que proporcione à criança o direito ao aprendizado, preparando-a para a cidadania desejada, capacitando a todos com formação adequada para continuar as atividades na sequência de sua vida escolar. Existem necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica de todos os envolvidos na educação dentro da unidade escolar, com o apoio especializado para básica.

No meio educacional, é de conhecimento geral que à garantir a aprendizagem dos alunos especiais.

AS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM - BNCC

A Constituição Federal de 1988, já era previa a criação de uma Base Nacional Comum Curricular para o ensino fundamental. Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 foi determinada a adoção de uma base comum para toda a educação muitos anos a BNCC foi motivo de pautas da educação nacional. A mesma sobreviveu a dois presidentes da República, bem como a seis ou sete ministros da Educação, até ser implementada em 2018.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento com caráter normativo que serve de referência para a elaboração dos currículos de todas as escolas que ofertam educação básica no país. Estabelece orientação para termos o melhor referencial e qualidade na montagem dos currículos, sendo os primeiros anos do fundamental inseridos neste contexto, tornando-se um elemento dinamizador em busca da melhoria na educação brasileira subsidiando e orientando professores frente o processo de ensino aprendizagem na formação do cidadão. Assim, como regras anteriores que contribuíram para objetivos como, promover a equidade por meio de uma formação integral do cidadão. Quando se fala de uma educação completa, trata-se não apenas do desenvolvimento intelectual, mas também social, físico, emocional e cultural, compreendidos como fundamentais para uma total construção do saber.

O documento está organizado por áreas do conhecimento que engloba os componentes curriculares afins, entre estes, os da Língua Portuguesa, na condição de disciplina/componente, ligada a uma dimensão mais abrangente, sendo a área de Linguagens, que, além da disciplina em discussão, que incorpora também, Arte, Educação Física e Língua Inglesa.

A BNCC foi contemplada no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. O MEC, Consed

e Undime definem o grupo de redação e, em setembro de 2015, a primeira versão da BNCC é publicada e submetida à consulta pública.

Em 2017, foi elaborada a sua terceira versão, sendo sua aprovação, passada por audiências públicas, por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo que no final desse processo a BNCC é finalmente concebida pelo Ministério da Educação e Cultura.

Por fim, a previsão para a implementação da base comum em todas as escolas, foi prevista para ocorrer de 2018 a 2020, em etapas, como por exemplo, a (re)elaboração dos currículos, revisão de materiais didáticos e melhor formação dos professores. É importante destacar que a construção da BNCC foi toda elaborada de forma democrática, envolvendo educadores e membros da sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) define novas competências a partir de 2020, como um conjunto de dez competências gerais que devem ser desenvolvidas de forma integrada aos componentes curriculares, ao longo de toda a educação básica, estas foram definidas a partir dos direitos éticos, estéticos e políticos assegurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida no século XXI.

Segundo a BNCC, as competências gerais “explicitam o compromisso da educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. Nessa visão, a boa condição leitora, faz parte da condição humana para o seu desenvolvimento, não necessariamente, na infância, mas é nesta etapa do ensino que compete aos professores orientar e contribuir para o desenvolvimento de vários aspectos da formação do aluno, visando o seu integral desenvolvimento e aprendizagem escolar.

Fazendo referência à leitura no ensino fundamental, como meio de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, a BNCC propõe cinco eixos que representam estas práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica para todos os anos do ensino fundamental.

Dessa forma, é importante destacar as práticas de leitura e de produção de texto por meio de possibilidades de trabalho didático-pedagógico em Língua Portuguesa. Neste contexto, pode se falar de uma prática que se dá pelos usos da língua e da linguagem em nossa sociedade. Sendo assim, a BNCC de Língua Portuguesa propõe habilidades de leitura e de produção de texto em seu conteúdo.

O prazer pela leitura deve ser despertado logo na infância, pois ler faz parte da formação cultural de cada indivíduo. No meio pedagógico, o significado de Leitura está inserido como um método pedagógico dos mais adequados para o ensino dos alunos, principalmente nos anos iniciais, pois é de conhecimento científico que quanto mais cedo o aprendizado puder ser repassado, maiores são as chances do sucesso do aluno e o desenvolvimento de sua aprendizagem.

Trabalhar a leitura dentro do processo de ensino aprendizagem é permitir que a criança enxergue além do que está escrito, pois a leitura não é somente uma simples decifração ou decodificação de letras, símbolos, sinais, ou palavras, a leitura envolve a realidade do aluno, ou seja,

o professor deve buscar possibilidades de envolver o cotidiano do educando na prática da leitura presente em sala de aula como um instrumento motivador, desafiador, capaz de transformar esse indivíduo em um sujeito ativo, construindo assim sua competência leitora que se estendera com proficiência a todas as disciplinas.

A escola deve trabalhar com os alunos uma leitura significativa na qual ele possa entendê-la e usufruí-la como instrumentos de compreensão de mundo, e se o objetivo da escola é a formação de cidadãos capazes de ler e compreender diferentes gêneros textuais que circulam no meio social, então: “é preciso organizar trabalhos educativos para que experimentem isso na escola.”

A escola deve adquirir uma prática de leitura frequente a partir de vários modos de leitura, não se utilizando de conceito de leitura única, porém, essa é uma árdua tarefa para o professor, pois cabe a ele proporcionar diferentes formas leituras de um mesmo texto, construindo com seus alunos diferentes estratégias de leitura, e na construção dessas estratégias permitirá ao professor observar se está havendo, ou não, uma formação leitora competente em seus alunos, partindo do esforço dos mesmos, não somente em saberem o que está escrito, mas a compreensão que fazem do texto.

As diferentes formas de ler um texto torna-se necessário, devido que alguns textos demonstram sentido frente a diferentes situações. Esses procedimentos possibilitam aos professores, compreender o grau de conhecimento do aluno referente ao hábito de ler, e também o aspecto linguístico dos seus alunos na compreensão do texto.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização 28 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010.

Na área de Linguagens da BNCC, estão inseridos quatro componentes: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes e Educação Física. A ideia é que os alunos participem de diversas práticas de linguagem, ampliando suas capacidades de expressão tanto artísticas quanto corporais e linguísticas. Segundo o documento da BNCC: A alfabetização deve ser concluída ao final do 2º ano, o aluno já deve sair dessa etapa escrevendo tudo corretamente? Não! No final desse período ele deve desenvolver as competências e habilidades que te mostramos acima.

Ao longo do Ensino Fundamental-Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Além disso, essa proposta pedagógica deve assegurar, ainda, um percurso contínuo de aprendizagens e uma maior integração entre as duas etapas do

Ensino Fundamental.

De forma geral, a BNCC busca padronizar parte do ensino, adotando moldes para promover o maior desenvolvimento dos estudantes. Já as competências gerais consistem em um alicerce para o desenvolvimento dos programas educacionais, além de guias para qualquer alteração futura. De certa forma, você pode considerá-las os “valores” que devem guiar a educação no Brasil.

Entre estes, celebrar a diversidade, sendo um país com diversas formas de cultura já existentes e novas culturas surgindo com o tempo, ensinar que todos devem aceitar diferenças é fundamental. De acordo com o documento, tal conhecimento deve ser aplicado tanto no convívio social quanto na vida pessoal e individual.

Uso da linguagem na comunicação, compreensão mútua é outro fator essencial para o desenvolvimento de um indivíduo. Reforçar a importância das linguagens. Citam-se a fala, a escrita e comunicações verbo-visual (libras), corporal, matemática, artística, entre outras. A escola deve dar ao estudante ferramentas para se comunicar de maneira eficaz.

Desenvolvimento da empatia. A BNCC destaca que a compreensão e empatia são ferramentas poderosas para solucionar conflitos e promover cooperação e respeito mútuos.

Desenvolvimento de autonomia e responsabilidade. A escola deve também preparar um indivíduo jovem para a vida adulta. E a melhor forma de promover a autonomia e flexibilidade, ensinando-o a tomar suas próprias decisões e a lidar com suas liberdades de forma responsável e ética.

Compreender indivíduos e sua diversidade em meio a uma imensa população que se tem no Brasil, não é tarefa fácil para pessoas engajadas com a educação de modo geral, mas principalmente compreender a imensa necessidade que se faz compreender educandos nos primeiros anos escolares e suas diferenciadas características.

No campo da inclusão, tema incansavelmente debatido em todas as esferas de governos e meios educacionais, tem os surdos que representam um significativo e atuante grupo que precisa de olhares diferenciados. Este grupo tem suas singularidades e diferenças, mas a dificuldade em interagir por meio da linguagem oral com os ouvintes, não pode constituir motivos de exclusão do convívio social e/ou privá-los de do acesso escolar em condições igualitárias para a sua aprendizagem, levando em conta suas necessidades.

A inclusão é um tema amplamente discutido no mundo inteiro. No Brasil é grande o número de alunos que necessitam estar amparados pelo estado e por todos os envolvidos na educação de modo geral, pois mesmo após a criação de leis e de tomada de inúmeras ações nesta direção, ainda é falho o atendimento a toda a demanda que necessita de amparo na educação inclusiva.

Segundo o que se tem na teoria atual, referência ao Ministério da Educação publicado em 1997, a educação inclusiva é um processo que busca recolocar na rede de ensino, em todos os seus graus, as pessoas portadoras de necessidades especiais, de distúrbios de aprendizagem ou de deficiência, excluídas do meio educacional, seja por gênero, cor ou outros motivos que sirva como fator de exclusão (MEC, 1997).

A Educação Inclusiva, objetiva também, educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar, favorecendo a liberdade e a construção da cidadania, possibilitando aos portadores de necessidades especiais, a condição de conviver com o outro em um ambiente escolar o mais normal possível, diminuindo as diferenças e acabando com o preconceito.

A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados para todas as minorias e para as crianças que são discriminadas por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (REVISTA NOVA ESCOLA, Entrevista MONTOAN, maio, 2005).

TEORIA QUE ABORDA A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Intensificar o uso de LIBRAS nas escolas para este grupo, pois esta língua é o meio mais eficaz de aproximar os surdos dos que não possuem deficiência auditiva, é reconhecer o surdo com membro dessa sociedade, não só nas escolas, mas em todos os locais onde os mesmos possam estar presentes, construindo trocas de informações entre ouvintes e não-ouvintes.

Muitos autores dispuseram muito do seu tempo pesquisando temas de grande relevância para o desenvolvimento de uma sociedade, e, na educação, isso não é diferente. Vários estudiosos sempre buscaram contribuir com temas que favorecem a um elevado número de pessoas e formas de melhorar suas vidas.

A educação é uma área que existe um vasto campo de atuação e muita coisa ainda precisa ser melhorada, ou até mesmo divulgada em grande escala de modo que alcance o maior número de pessoas possíveis. Neste campo, a libras também é contemplada com a pesquisa e aprimoramento contínuo daqueles que estão verdadeiramente dispostos a contribuir para melhorar a vida de nossos alunos, sejam crianças ou jovens, adultos, e ao mesmo tempo a boa formação dos docentes que estejam dispostos a estudar a língua brasileira de sinais.

Segundo o texto, entende-se como Língua Brasileira de Sinais, esta forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Foi por meio da Lei nº 10.436/2002 que no Brasil foi estabelecida a Língua Brasileira de Sinais como a língua oficial das pessoas surdas. A lei tornou obrigatório o ensino de LIBRAS nos cursos de formação em Educação Especial, no ensino médio e no ensino superior. A regra se aplica para o sistema de educação federal, estadual e municipal. Define também, a obrigação dos governos garantir formas de incentivar o uso e a divulgação da Língua Brasileira de Sinais nas instituições públicas.

Por meio de outra Lei, a nº 12.319/2010, regulamentou-se, a função de intérprete, função ainda em crescimento no país, mas que vem para contribuir para que os alunos, principalmente nos primeiros anos escolares, possam ter alguém capaz de difundir a linguagem para as pessoas ouvintes e conseqüentemente surdas, público alvo do ensino de LIBRAS. Além da profissão de intérprete, outros mecanismos e instrumentos de divulgação da linguagem ajudam a tornar a Língua

Brasileira de Sinais mais acessível a todos, como o dicionário de LIBRAS, cursos de formação e o alfabeto em LIBRAS, conforme mostra as imagens.

O Prof. Enos Figueredo de Freitas, publicou em 2015, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, um trabalho/pesquisa que colabora com o tema onde o mesmo aborda que seu trabalho abrange a parte teórica da disciplina curricular Libras (Língua Brasileira de Sinais). O autor comenta que o texto pesquisado apresenta importantes tópicos que contribuirão para que o usuário compreenda a importância desse idioma, tanto para os surdos como para os não surdos (ouvintes).

Para FREITAS (2015), A nomenclatura Libras é aplicada a Língua Brasileira de Sinais, que é a segunda língua oficial do Brasil e é o idioma dos surdos brasileiros. Esse idioma compreendido pela visão e produzido pelas mãos e expressões faciais e corporais tem gramática. Também outra sigla aceita internacionalmente é LSB – Língua de Sinais Brasileira.

Faz-se necessário se informar para não reforçar estigmas em torno da surdez ou da língua de sinais. Para fornecer esclarecimentos, esse material está dividido em oito partes. Os capítulos perpassam por tópicos como a surdez, esclarecimentos sobre a Libras, a gramática da mesma, a História da educação de surdos e sobre a legislação. Examinar as informações aqui disponibilizadas propiciará a ampliação do universo cultural e sociológico imbricado nessa disciplina. (FREITAS, 2015. p. 1)

As Línguas naturais estudadas pela linguística são analisadas do ponto de vista estrutural: a fonética, a morfologia, a sintaxe, a semântica e a pragmática. A Libras contém esses componentes linguísticos. É possível entender que “as palavras são formadas a partir de morfemas, os quais se originam da combinação de fonemas” (RODRIGUES E VALENTE, 2010, p.54).

De acordo com o site Alfabetosurdo.com (2013) A cultura pode ultrapassar fronteiras. Assim, até mesmo dentro de um mesmo território, ocorre variação linguística e isso não é diferente com a língua de sinais. Segundo ainda o conteúdo pesquisado, “os fonemas visuais, os componentes em Libras, examina na esfera da fonologia, suas cinco categorias”. Ainda estudando a gramática, explora-se nesse material a morfologia, a sintaxe, a semântica e a pragmática.

Segundo FREITAS (2015), A Língua de sinais seria universal. Assim como ocorre uma grande variedade nas línguas orais, as línguas de sinais também são várias em redor do mundo. Por isso existe a LSB ou Libras aqui no Brasil, a ASL nos Estados Unidos, LSE na Espanha e outras. Existem mais de 170 línguas de sinais catalogadas (ALFABETO SURDO.COM, 2013).

O ENSINO DE LIBRAS POR MEIO DE SINAIS DO ALFABETO

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como língua oficial das pessoas surdas. DAMÁSIO, ALVES e FERREIRA (2010) ressalta que por meio do aprendizado da Língua de Sinais, a mesma terá condições de aprender outra língua, como o Inglês, Francês, entre outras, que são línguas de modalidades diferentes.

Para os professores que ministram o ensino de LIBRAS, é importante que tenham a consciência da importância de respeitar as singularidades e naturalidade da língua.

Segundo ainda FERREIRA (2010) quão importante é, que os educadores saibam que é direito da pessoa surda, ter o acesso como sua primeira língua, o aprendizado de LIBRAS, ainda em tenra idade.

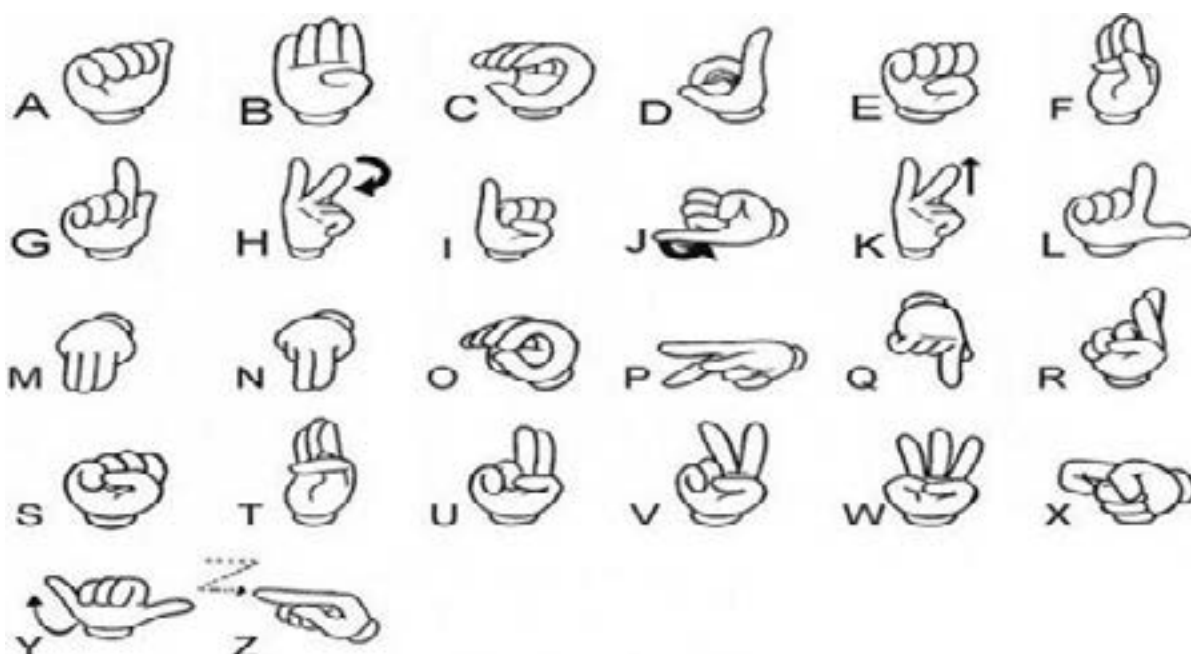
[...] um dos desafios das políticas públicas inclusivas para as escolas brasileiras é a construção de ambientes educacionais para o ensino dessa língua, que respeitem os ciclos do desenvolvimento e a naturalidade de sua aquisição pelas crianças com surdez e dotados de métodos adequados para o seu ensino. Para oferecer o aprendizado dessa língua, resguardando que seus usuários tenham a sua apropriação de maneira natural, é importante a presença de um profissional com surdez, se possível, atuando nesses ambientes. (DAMÁSIO, ALVES e FERREIRA, 2010, p.25)

Existem algumas particularidades da língua, que facilitam sua compreensão, como o fato dos verbos sempre se apresentarem no modo infinitivo e os pronomes pessoais não existirem. A existência dessas regras faz com o que o utilizador da língua sempre aponte a pessoa a quem se refere para ser melhor entendido. Para se comunicar utilizando a Língua Brasileira de Sinais, além de conhecer os sinais, é preciso também conhecer as estruturas gramaticais para combinar as frases e estabelecer a comunicação de forma correta e eficaz. abaixo:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Tendo em vista essas exigências, percebe-se em diversas pesquisas sobre a educação de surdos que o método do ensino bilíngue é considerado por muitos pesquisadores da área da educação de surdos como a melhor estratégia de ensino, visto que “[...] a aquisição dos conhecimentos em língua de sinais é uma das formas de garantir a aquisição da leitura e escrita da língua portuguesa pela criança surda” (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p.7).

FIGURA-1 - Fonte: Disponível em <https://www.significados.com.br/libras/> - acesso 06 mai. 2024



Como acontece a comunicação por LIBRAS? Cada país tem a sua própria estrutura de

linguagem, que pode variar inclusive de região para região, dependendo da cultura do local e das expressões e regionalismos utilizados na linguagem comum. Por isso, a Língua Brasileira de Sinais não funciona com a simples gestualização da língua portuguesa por meio do alfabeto. A comunicação ocorre por diferentes níveis linguísticos, através da interpretação e das relações entre os elementos que compõem uma frase.

Assim, sua principal diferença em relação à comunicação das pessoas ouvintes está no modo de articulação da linguagem, que acontece de forma visual-espacial e não através da emissão de sons.

Aqui no Brasil a história moderna da Libras começa a mudar com as pesquisas de Lucinda Ferreira Brito na década de 1980. No nível superior o curso de graduação Letras Libras, ministrado pela UFSC, tem formado vários professores surdos.

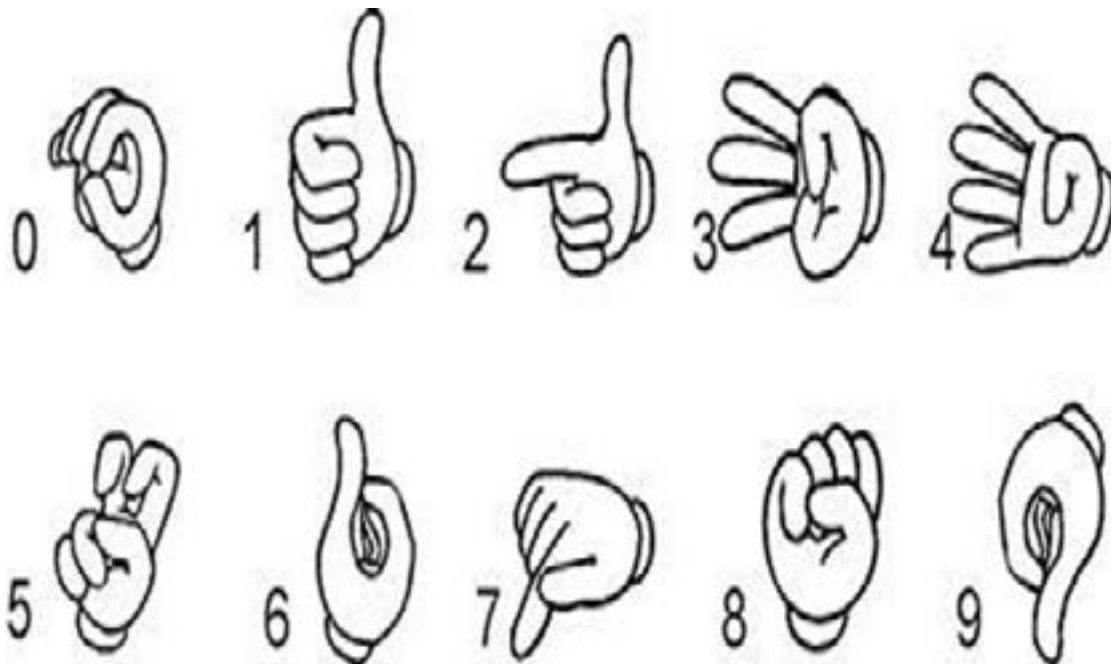
Desta forma, a Língua Brasileira de Sinais configura um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos. Os sinais dessa linguagem surgem da combinação de movimentos da mão e de pontos de articulação, que são locais no próprio corpo humano ou no espaço onde os sinais são feitos. A linguagem também inclui o uso de expressões faciais e corporais.

NÚMEROS EM LIBRAS

Para expressar os números ordinais (primeiro, segundo, terceiro, quarto...), basta fazer os mesmos sinais para os números cardinais, mas tremendo levemente com a mão. Os surdos e profissionais ouvintes estão cada vez mais fortalecendo a comunidade surda. É preciso que as famílias, os profissionais da educação, entre outros ramos da sociedade, entendem a diferença idiomática e respeitem a alteridade desse grupo. Com informação e esforços bem direcionados os direitos tendem a ser usufruídos e perspectivas mais equitativas são ofertadas.

De acordo com as autoras citadas anteriormente a língua de sinais tem sido desenvolvida por instrutores de LIBRAS, que tem proficiência reconhecida pelo MEC. No entanto, sabe-se que essa ação não ocorre igualmente em todo o âmbito nacional, muitas vezes, por não haver grande demanda de educadores que dominem essa língua. O ensino dela às pessoas surdas, por vezes, fica a cargo de professores com especialização.

Figura 2



Fonte: Disponível em <https://www.significados.com.br/libras/> - acesso 06 mai. 2024

Diferente do que pensam algumas pessoas, a LIBRAS não se constrói somente por mímicas e gestos soltos, ela possui um status de língua por ser composta de níveis linguísticos, apresentando estrutura fonológica, morfológica, sintática e semântica. Possui, portanto, uma estrutura gramatical própria e bem definida. Sendo que, o diferencial desta está na forma de se construir, porque trata-se de uma modalidade linguística que se dá através do uso do canal visual-espacial, divergindo das demais línguas, que são oral-auditivas.

A LIBRAS, assim como as outras, línguas possibilita a seus usuários, discutir, avaliar e relacionar qualquer tema ou assunto relativo a qualquer ramo da ciência ou contexto científico, por ser uma língua complexa, completa, porém pouco conhecida. É interessante conhecer como acontece o processo ensino-aprendizagem, quando se utiliza a LIBRAS, e mais interessante ainda é perceber como a língua de sinais possibilita a comunicação essencial ao desenvolvimento desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o tema pesquisado, a língua brasileira de sinais – LIBRAS, é a forma de comunicação utilizada para o grupo de pessoas que possui a surdez. Como tema relevante, esta é vista como a língua materna dos mesmos.

Segundo a autora Sueli Fernandes (2011), “A LIBRA, como língua essencial ao surdo, não é uma língua universal”. De acordo com cada cultura, a mesma sofre variações. Possui estruturas gramaticais próprias, sendo composta por níveis linguísticos, fonológico, morfológico, semântico e o sintático.

A percepção viso espacial, é o que diferencia a língua de sinais das demais línguas. Para

ser compreendida, a língua depende da habilidade das mãos e da percepção visual de quem a usa, para uma perfeita execução dos movimentos necessários à sua compreensão. Por meio deste recurso, é que será feita a comunicação entre ouvintes e surdos.

Os professores precisam ter boa formação para trabalhar com os surdos, pois em muitas instituições de nível superior tem a disciplina de LIBRAS, porém a carga não condiz com o tempo necessário para que se aprenda todo o seu conteúdo/contexto.

A Libras é a sigla utilizada para designar a língua brasileira de sinais, já que cada país tem sua própria língua, que expressa os elementos culturais daquela comunidade de surdos. É utilizado pela comunidade surdas brasileiras, principalmente dos centros urbanos pois muitas vezes os surdos que vivem em localidades distintas e em zonas rurais acabam por desconhece-la e, assim, acabam por desenvolver um sistema gestual próprio de comunicação, restrito as situações e as vivencias cotidianas. Há, também, alguns surdos que vivem nas grandes cidades que desconhecem a língua de sinais por inúmeros fatores ou não aceitação pela família, a falta de contato com outros surdos que utilizam a opção tecnológica da escola em que foi educado entre outros aspectos(FERNANDES, 2011,p.82)

Para o MEC (2014), que possui os dados do Censo Escolar, estes indicam o aumento de matrícula de alunos com deficiência e de Inclusão. Em 2014, mais de 698 mil estudantes especiais estavam matriculados em classes comuns. Percentual sobe para 93% em escolas públicas (Portal Brasil Publicado: 23/03/2015 10h32). Dados do Censo Escolar indicam crescimento expressivo em relação às matrículas de alunos com deficiência na educação básica regular.

Estatísticas indicam que no ano de 2014, 698.768 estudantes especiais estavam matriculados em classes comuns. Como comparação, em 1998, cerca de 200 mil pessoas estavam matriculadas na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns. Em 2014, eram quase 900 mil matrículas e 79% delas em turmas comuns. “Se considerarmos somente as escolas públicas, o percentual de inclusão sobe para 93% em classes comuns”, explicou a diretora de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Martinha Clarete dos Santos.

O MEC “apoia técnica e financeiramente estados e municípios na formação de professores e oferecendo recursos tecnológicos de suporte aos deficientes”. De acordo com diretora de Políticas de Educação Especial, a luta para que crianças e jovens portadores de necessidades especiais se mantenham nas escolas é grande. Segundo a diretora, 42 mil escolas já receberam recursos multifuncionais para acessibilidade e 57 mil escolas tiveram verbas para adequação da estrutura de forma que atenda melhor às necessidades das crianças.

Para a formação e capacitação de pessoas, os dados do Ministério da Educação revelam que também houve um aumento de 198% no número de professores com formação em educação especial. Em 2003, eram 3.691 docentes com esse tipo de especialização. Em 2014, esse número chegou a 97.459. Em nota técnica como Política afirmativa, Diretoria de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC orienta os sistemas públicos e privados de ensino sobre a negativa de matrícula a estudante com deficiência. De acordo com o documento, esses estudantes têm direito constitucional à educação. O direito das pessoas com deficiência à matrícula em classes comuns do ensino regular é amparado no artigo 205 da Constituição Federal, que prevê “a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento

da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A Carta Magna também garante, no artigo 208, o direito ao atendimento educacional especializado. A nota técnica afirma que compete ao MEC reconhecer, credenciar e autorizar as instituições privadas de educação superior e toda rede federal, e que fica sob a responsabilidade da Diretoria de Políticas de Educação Especial, juntamente com o Ministério Público Federal, o acompanhamento dos procedimentos relativos à recusa de matrícula nessas instituições. Nas esferas municipal, estadual e distrital, esta competência é das secretarias de educação, que devem fazer a análise e emissão de parecer sobre processos alusivos à recusa de matrícula em instituições escolares, públicas e privadas, sob sua regulação. As instituições públicas e privadas que se negarem a matricular os estudantes com deficiência estarão sujeitas a multa. Fonte: Portal Brasil com informações do Ministério da Educação

REFERÊNCIAS

ALFABETO SURDO.COM. **Línguas de sinais no mundo**. Acesso 05 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1998. v. 1. Disponível em: Acesso 07 jul. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: Acesso em: 07/10/2023.

_____. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**, Porto Alegre, Artes Médicas, 1997
SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

BRASIL. **Decreto 5.626. de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html> - Acesso em 07 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB -nº 9.394 de 20 de dezembro 1996**.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, políticos e Práticas na Áreas das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

MAS - Estatuto da Criança e do Adolescente. Ministério da Ação Social. Brasília, DF, 1990.

FERNANDES, Sueli-**Educação de surdos**/Sueli Fernandes – 2ª ed. Atual.- Curitiba ibpex, 2011.

FREITAS, Enos Figueredo de. **Educação de surdos: uma análise das práticas inclusivas no Território do Piemonte Norte do Itapicuru**. REVASF. – Petrolina,PE, vol.3, nº1, p.44-60, ago. 2014.

DAMÁZIO, Mirlene F. M., ALVES, Carla B. e FERREIRA, Josimário de P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Egler, Rosangela Gavioli Pietro; Valeria Amorim Arantes, **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** – São Paulo : Summus, 2006. – p.103.

_____. **Inclusão escolar – O que é? Por Quê? Como Fazer?** - Editora Summus Editorial, 2015.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua brasileira de sinais, estudos linguísticos**. - Porto Alegre: Artmed, 2004.

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia. **Aspectos Linguísticos da LIBRAS**. - Curitiba: IESDE, 2011.

SACKS, Oliver. Tradução de Laura Teixeira Motta. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem, aspectos e implicações neurolinguísticas**. - São Paulo: Plexus, 2007.

LIBRAS-significados-disponível em <https://www.significados.com.br/libras/> Acesso 06 out.2023.

SÃO PAULO, (Estado) Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – **CAPE - Deficiência intelectual: Realidade e Ação** / Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Especializado – CAPE; organização, Maria Amélia Almeida. – São Paulo: SE, 2012.

SILVA, Vilmar. **Educação de surdos: uma releitura da Primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880**. In: Estudos surdos I. –

VYGOTSKY, L.S; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.